



Uma Perspectiva Decolonial sobre a Política Linguística de Macau

Sijuan Tang¹

Universidade de Estudos Internacionais de Sichuan, Chongqing, China

Resumo: Neste artigo, analisamos a história e a situação atual dos idiomas de Macau e descobrimos que sua composição linguística é complexa e multilíngue e tem sido descrita por muitos estudiosos como uma "bandeja multilíngue" de "San Wen Si Yu" (três línguas escritas e quatro línguas faladas). Deste modo, sob uma perspectiva decolonial, propõe-se analisar a peculiaridade das políticas linguísticas de Macau. Em vez de suprimir as influências portuguesas, quer culturais quer linguísticas, esta cidade está a explorar um novo caminho com vistas à integração e à transmissão de valores multilíngues a partir da perspectiva do seu próprio desenvolvimento e posicionamento, desenvolvendo a sua diversidade linguística e criando um caminho único e peculiar.

Palavras-chave: Decolonial; Macau; Política linguística; Epistemologia.

Title: A Decolonial Perspective on Macao's Language Policy

Abstract: In this paper, we analyze the history and current situation of language of Macau, the research findings indicate that the linguistic composition is complex and multilingual, and has been described by many scholars as a "multilingual platter" with "San Wen Si Yu" (the three written languages and the four spoken languages). Based on a decolonial perspective, we found the peculiarity of language policies of Macao. Instead of eliminating the cultural and linguistic influences of Portugal, this city is exploring a new way of integrating and transmitting multilingual values by making a good use of his own advantages which develops his linguistic diversity and creates a unique-peculiar way.

Keywords: Decolonial; Macau; Language policy; Epistemology.

Introdução

A "decolonialidade" é uma teoria de estudos pós-coloniais defendida primeiramente por pensadores e estudiosos latino-americanos com o objetivo de libertar a produção de conhecimento de uma epistemologia eurocêntrica e construir um sistema de conhecimento baseado em recursos de conhecimento nativo. Aníbal Quijano (2000), sendo um dos estudiosos mais importante nesta área, é sociólogo peruano e pensador humanista, e questiona veemente a universalidade do conhecimento ocidental. Este autor considera-o a fonte ideológica da superioridade cultural do ocidente e da hegemonia imperialista, que ele

¹ Docente da Universidade de Estudos Internacionais de Sichuan. Doutoranda em Universidade de Língua e Cultura de Pequim. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4689-7901>. E-mail: tangsijuan@gmail.com.

chama de "colonialidade do poder". A teoria da decolonialidade no contexto mundial atual já não se limita apenas à governança decolonial em sentido geográfico, mas enfatiza o desmantelamento epistemológico da colonialidade dos sistemas de conhecimento ocidentais (MIGNOLO; WALSH, 2018). Essa epistemologia também critica o confinamento dos valores ocidentais ao desenvolvimento multicultural, liberta o mundo da supressão da diversidade linguística por hegemonia monolíngue e cria espaço para a coexistência de múltiplas civilizações para que o mundo seja mais pluralista, igualitário e inclusivo.

O português é atualmente usado como língua oficial em nove países e uma região administrativa especial da China (Macau), sendo que esses nove países foram ocupados por Portugal no século XV após a sua ascensão como hegemonia marítima na Era dos Descobrimentos. Ao mesmo tempo, Portugal introduziu nesses países e regiões a sua cultura e a sua língua, além de Ihes ter também transmitido os seus valores "eurocêntricos". Ao longo do tempo, o português tem mantido prioridade absoluta nos países e nas regiões mencionadas, ocupando assim o espaço e os recursos disponíveis para o desenvolvimento das línguas locais. Phipps (2019) argumenta que, para resolver a crise colonial no ensino de línguas estrangeiras, o primeiro passo é libertar o espaço para a existência de línguas não coloniais e sistemas de conhecimento não ocidentais através da teoria da decolonialidade, a fim de aliviar gradualmente os danos do colonialismo às diversas línguas e civilizações.

Macau faz parte do território chinês e situa-se na Província de Guangdong, na margem ocidental do Delta do Rio das Pérolas, latitude 22º 14' norte e longitude 113º 35' leste. Está ligado ao distrito de Gongbei pelo istmo das Portas do Cerco. A Região Administrativa Especial de Macau tem uma área de 32,9 km², incluindo a Península de Macau, Taipa, Coloane , a zona do Aterro do COTAI, a Zona A das Novas Zonas Urbanas e Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau². Há muito tempo, Macau esteve sob o domínio português e, antes do retorno de Macau à China, as autoridades portuguesas tinham implementado uma política linguística em que o "Português Vem Sempre Primeiro" (HUANG, 2007). Assim, tornou-se necessário que os funcionários públicos dominassem o português e, além disso, todos os documentos legais importantes tinham de ser redigidos em português (YAN, 2016). Naquela época, o português tinha prioridade e domínio absoluto em Macau, e o chinês como língua materna era suprimido e negligenciado. Foi somente em 1987, com a assinatura formal da *Declaração Conjunta Sino-Portuguesa*, que foi declarada que a língua principal utilizada pelo poder executivo, legislativo e judicial da Região Administrativa Especial de Macau (doravante designada por "RAEM") era o chinês. Em 1991, o governo de Macau emitiu um decreto reconhecendo o chinês como tendo um *status* oficial em Macau equivalente ao do português. Entretanto, durante o período de transição entre 1987 e 1999, embora o chinês tenha sido reconhecido como língua oficial pelo governo, na prática, as atas e os documentos importantes do governo ainda estavam apenas escritos em português (ZHANG, 2001). O artigo 9º da *Lei Básica da RAEM da República Popular da*

² Essas informações podem ser encontradas no site oficial do governo de Macau: <https://www.macaotourism.gov.mo/pt/travelessential/about-macao/location-and-time>. Acesso em 14 ago. 2022.

China indicava claramente que os órgãos executivos, legislativos e judiciais da RAEM podiam usar o português, que também é língua oficial, além do chinês. Embora a classificação das duas línguas não estivesse explicitamente declarada no documento, mas no dia-a-dia, o chinês era mais frequentemente empregado pela população local, enquanto o português aparecia apenas em documentos oficiais do governo e em algumas ocasiões oficiais, razão pela qual alguns estudiosos têm apontado que, após a promulgação da *Lei Básica*, o chinês passou a ter uma posição mais importante que o português (LIANG, 2011).

Este trabalho tem como finalidade analisar as políticas linguísticas adotadas pelo governo de Macau sob uma perspectiva decolonial e resumir as suas características. Quanto aos seus objetivos, a presente pesquisa adota principalmente três abordagens: pesquisa descritiva, pesquisa analógica histórica e pesquisa de análise estatística. A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever o fenômeno de multilinguismo e as políticas linguísticas de Macau. A pesquisa analógica histórica é fundamental para a análise, pois através deste método, podemos comparar a situação do uso dos idiomas em diferentes períodos históricos em Macau. Através de fatos históricos, tentamos analisar as razões das mudanças de posição do chinês, do português e de outras línguas. Por último, utilizamos a pesquisa de análise estatística para estudar o número de falantes de determinada língua.

Além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções, dispostas da seguinte forma: a primeira seção apresenta respectivamente as teorias de decolonialidade e de políticas linguísticas que embasam o presente estudo. A segunda seção resume a história e a situação dos idiomas de Macau com o intuito de explicar ao leitor os fatores da formação do multilinguismo de Macau. A terceira seção analisa as políticas linguísticas adotadas por Macau sob perspectiva decolonial. Por fim, na parte de conclusão, refletimos sobre as características e iniciativas da política linguística de Macau sob perspectiva decolonial.

Teorias de decolonialidade

A decolonialidade é um fenômeno que se manifesta essencialmente em duas direções, de acordo com Mignolo e Pinto (2015): uma delas refere-se ao movimento de transformação das ex-colônias europeias em Estados-nações soberanos (descolonização); a outra, no esforço de desvinculação, direta e/ou indireta, da dominação política, econômica, subjetiva, epistêmica, entre outras, ocidentalocêntrica. O desenvolvimento da teoria da decolonialidade tem sido acumulado e descartado ao longo de décadas, e tem profundas raízes históricas e ricas conotações ideológicas. No início, o propósito era conseguir independência e fugir do controle colonial em dois eixos: econômico e político. No momento, a decolonialidade exige a atingir o nível epistemológico. Como Mignolo e Pinto indicam(2015), o que nós entendemos como civilização, democracia, desenvolvimento, modernidade, direitos humanos e cidadania são realidades discursivas baseadas nas experiências históricas e locais dos povos europeus. Hoje, em Macau, apesar de terem passado mais de trinta anos desde o retorno, muitos traços históricos portugueses ainda podem ser vistos em vários edifícios de estilo português e em placas e anúncios bilíngues nos veículos públicos, que não encontramos em nenhuma outra

cidade da China. Apesar de retomar o exercício da soberania, o legado do colonialismo, da cultura, da língua e da escrita não desaparecerá facilmente e, em certa medida, terá impacto sobre o status da língua materna e da cultura na região.

Deste modo, o movimento decolonial traz em si uma ansiedade, uma nova atitude de desobedecer e opor-se a esses conhecimentos, sendo, portanto, um novo despertar para conhecimentos que sempre existiram e que não encontravam espaço de apreciação, invisibilizados pelos saberes acadêmicos eurocentrados, reconhecendo a sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica (REIS; ANDRADE, 2018). Portanto, decolonialidade é dar aos povos colonizados a oportunidade de pensar e falar a sua própria civilização e história, ou seja, como indica Quijano(2000), é promover uma forma de descolonização epistemológica, a qual foi classificada posteriormente por Walter Mignolo como desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2010, p. 125 *apud* HERNANDEZ *et al.*, 2015). A decolonialidade epistêmica enfatiza o despertar de uma consciência intelectual, cultural e criativa do sonho do eurocentrismo e, a partir disso, alcançar a libertação do domínio do colonialismo e da hegemonia ocidental - até mesmo em um nível espiritual. A prática da decolonialidade epistêmica visa a dar espaço para o desenvolvimento de civilizações e ideias reprimidas e enriquecer as dimensões do sistema do conhecimento humano. Vale notar que a decolonialidade não se trata de ser anti-racional e anti-ocidental (KRAMSCH, 2019), mas de despertar um senso mundial de reflexão crítica sobre o eurocentrismo.

Para a decolonialidade epistêmica, o local da prática acontece sempre na educação, especialmente no ensino de línguas. A decolonialidade do ensino de línguas estrangeiras tem sido um tema quente da pesquisa de decolonialidade nos últimos anos. Entretanto, Criser e Malakaj (2020) acreditam firmemente que a decolonialidade do ensino de línguas estrangeiras só pode ser alcançada através da decolonialidade epistêmica, pois simplesmente aumentar e diminuir o uso de certos símbolos linguísticos não interfere na cadeia do colonialismo a nível epistêmico. Como Quijano (2000, p. 535) salienta: "A colonialidade dos poderes leva à aceitação subconsciente de um sentimento hierárquico e inferior aos oprimidos". E esta consciência permeia todos os aspectos da educação, tais como: estudantes, professores, currículo, orçamento e política (BROOKS, 2020). Portanto, a decolonialidade deve absolutamente evitar o tratamento de todos os assuntos com um só toque, formalismo e exclusivismo.

O Manifesto de Keele para a Descolonização do Currículo esclarece a tarefa da decolonialidade:

A decolonialidade é um processo de identificação e questionamento dos sistemas coloniais, das estruturas coloniais e das relações coloniais. A decolonialidade não é uma incorporação mecânica ou uma mera inclusão simbólica de realizações intelectuais não brancas; ao contrário, é uma mudança de paradigma que nos obriga a passar de uma visão exclusiva e negativa da cultura antiga para uma nova que possa criar espaço para outras culturas e sistemas de conhecimento (KEELE'S STUDENT UNION, 2019, p. 97).

A decolonialidade no ensino de línguas não é, portanto, uma rejeição total da colonização de toda a língua e cultura, mas sim uma tentativa de encontrar uma combinação

orgânica do "passado" e do "presente" com base na premissa de que a língua e cultura locais são os dominantes, com o intuito de remover os defeitos e absorver a excelência, e de harmonizar e coexistir incorporando o novo. Com esta nova força, promove-se o aumento do desenvolvimento linguístico, econômico e cultural.

Teorias de política linguística

Os estudos sobre Políticas e Planejamento Linguístico (doravante designado por PPL) tiveram início na década de 1960 e desenvolveram-se na década de 1970. Com os esforços incessantes dos linguistas e antropólogos, durante os 58 anos de 1959 a 2017, os pesquisadores resumiram de forma abrangente as experiências e práticas de PLL em países emergentes que o tornaram uma disciplina e um campo de estudo. Encontram-se muitos estudos sobre a conotação de PPL, e Cooper (1989) resumiu 12 definições, que basicamente se concentram em normatização, padronização, regulação dos comportamentos linguísticos e resolução de problemas linguísticos. Portanto, o comportamento e a atitude dos participantes, o processo e o efeito do planejamento e a implementação geralmente não são discutidos, deixando mais espaço para desenvolvimento teórico da gestão e governança linguística.

A política linguística e o planejamento linguístico estão intimamente relacionados, mas existem ainda algumas diferenças. Alguns estudiosos apontaram que a política linguística são todas as decisões tomadas por autoridades sobre a forma de linguagem usada pelas comunidades linguísticas. O planejamento linguístico diz respeito à forma de gerir a reforma linguística, divulgar a língua, adquirir e manter o poder e tomar decisões (COOPER, 1989, p. 58). Ambas são atividades sociais e culturais nas quais o poder opera de cima para baixo. Os seguidores posteriores fizeram uma distinção mais clara entre os dois, apontando que a política linguística é portadora de ideias, leis, regulamentos e práticas cujo propósito final é provocar a mudança linguística e o planejamento linguístico se refere aos planos e às reformas sistemáticos e prospectivos feitos pelo governo após uma consideração cuidadosa dos códigos linguísticos e do uso de língua (KAPLAN; BALDAUF 1997, p. 52). Embora existam algumas diferenças entre os dois termos, vale notar que grande parte dos estudos existentes prefere discuti-los juntos ou, para não criar confusões, evita estabelecer distinção especial entre planejamento e política.

De acordo com Baldauf (2005), o PPL inclui as quatro seguintes conotações: planejamento de status (nível social); planejamento de corpus (nível linguístico); planejamento linguístico em ensino (nível de ensino) e planejamento de prestígio (nível de imagem nacional). Por isso, para estudar a decolonialidade da política linguística de Macau, é necessário clarificar as manifestações específicas dos quatro aspectos acima mencionados da política linguística de Macau. Kaplan e Baldauf (2003) apresentaram uma explicação clara sobre o enquadramento do planejamento linguístico em ensino que inclui política de acesso, política de pessoal, política curricular, política de método e materiais, política de recursos, política de comunidade e política de avaliação. Yin (2019, p. 30) salientou que a política

linguística de Macau pode ser dividida principalmente em três partes: política de educação linguística, política de talento linguístico e política linguística e cultural. Com base no exposto, é necessário que esta pesquisa tenha em boa consideração as perspectivas acima ao discutir a decolonialidade da política linguística de Macau.

História e situação atual de idiomas de Macau

História de idioma de Macau

A história dos idiomas de Macau está intimamente relacionada com a evolução histórica da região. O presente artigo se baseia principalmente no trabalho do acadêmico Huang Hongzhao (1999), que divide a história de Macau em diversos períodos: Período do Comércio Portuário (1517-1557), Período do Comércio em Área Residencial (1557-1849), Período Colonial (1849-1987) e Período de Transição de Retorno (1987-1999).

Nos primeiros dois períodos, os portugueses iniciaram a prática comercial e instalaram-se na região. Em 1553, os portugueses subornaram os funcionários cantoneses da então dinastia Ming para lhes ser dada permissão para se estabelecerem temporariamente na Península de Macau sob o pretexto de pedirem emprestado terras para secar os seus bens encharcados. Mais tarde, a prática de poder foi mudada do suborno para o aluguer do território. Em 1557, o governo Ming concordou em permitir que os portugueses residissem em Macau e este é, geralmente considerado como o ponto de viragem em que Macau passa a estar sob administração portuguesa. Simultaneamente, os portugueses também trouxeram a língua portuguesa para a China. Antes da entrada dos portugueses em Macau, a função social da cidade era fornecer um porto para barcos de pesca e comerciantes nas águas próximas, e os comerciantes da província de Fujian (*Min Shang*) faziam negócios na área, tornando o dialeto *min-nan* popular em Macau. Além de Portugal, comerciantes e missionários do Japão, Holanda, Grã-Bretanha e sudeste asiático também trouxeram as suas próprias línguas para Macau, uma após a outra (HUANG, 2007, p. 25), desta forma, nos primeiros tempos, já existia um fenômeno linguístico em que o chinês era a língua dominante (eram principalmente falados o cantonês e o dialeto *min-nan*) e coexistia com muitas outras línguas estrangeiras.

Durante o Período Colonial, Portugal tomou uma série de medidas e deixou Macau sob o seu controle. De 1849 até ao final de 1991, foi quando o português ocupou o lugar de língua oficial em Macau (LIU, 1994). Então, o português derrubou o domínio de língua chinesa em Macau. A fim de divulgar o português em Macau, uma série de medidas foram tomadas pela autoridade portuguesa e, desde 1960, esta adicionou um requisito de domínio da língua portuguesa no recrutamento e na promoção dos órgãos de serviço público, o que contribuiu para fortalecer o uso do português nos órgãos públicos e judiciais, e foi até considerado, em certa medida, a "chave" para entrar na alta classe social de Macau. Em contrapartida, os candidatos que apenas falavam chinês ou inglês normalmente eram excluídos das seleções para cargos importantes da administração pública ou outras vezes apenas lhes eram

oferecidos cargos menos importantes (CREMER, 1991). No âmbito do ensino, a autoridade portuguesa estabeleceu um grande número de escolas portuguesas para popularizar o ensino do português em Macau e, a 21 de abril de 1868, a primeira escola de língua portuguesa para chineses foi estabelecida (WU; TANG; JIN, 2009). A 8 de janeiro de 1887, o macaense Pedro Nolasco da Silva fundou a Escola Comercial Pedro Nolasco da Silva. Em 1894, a autoridade estabeleceu o Liceu de Macau, que, juntamente com outra escola secundária, Salesianos João D. Bosco, eram as duas únicas escolas secundárias em Macau que, desde sua criação, insistiam no ensino integral em português. Até 1928, 125 escolas tinham sido estabelecidas em Macau, em seis delas apenas era ensinado o português, em 2 eram ensinados o português e o inglês e em 15 o português e o chinês (SHI, 1999). No âmbito da comunicação, a autoridade portuguesa mandou fazer programas em português na televisão e rádio, tais como: a Rádio Vila Verde (1950) e Teledifusão de Macau (TDM, 1982); criar imprensa portuguesa, o primeiro das quais foi *A Abelha da China*, fundado em 1822. Desde então, vários jornais portugueses foram criados pelo governo português e por indivíduos ou comunidades em Macau, dentre os quais *Echo Macaense*, *O Clarim*, *Gazeta Macaense*, *Notícias de Macau*, *Ponto Final*, *Hoje Macau* foram os mais influentes.

O Período de Transição de Retorno, é marcado pela assinatura formal da *Declaração Conjunta Sino-Portuguesa* a 13 de abril de 1987, que durou 12 anos. Durante todo o período de transição, a autoridade portuguesa, sob a supervisão do lado chinês, tomou três grandes medidas para assegurar uma retomada suave da soberania em Macau, incluindo a oficialização da língua chinesa, a localização dos funcionários públicos e das leis. Durante a visita do ministro chinês das Relações Exteriores, Qian Qichen, a Portugal, em 1992, os dois países chegaram a um acordo sobre barreiras desfavoráveis e, desde então, o idioma chinês ganhou o *status* oficial, junto com o português, foram consideradas como língua oficial de Macau. Entretanto, naquela época, o Governador e a maioria dos funcionários não sabiam chinês e, assim sendo, o português permaneceu como idioma utilizado em todas as reuniões do governo (LAM, 2007). Isto mostra que, durante este período, embora o chinês tenha recuperado o seu estatuto de idioma oficial, o português ainda era o principal idioma utilizado pelo governo. No âmbito do ensino, o número de escolas portuguesas não apresentou um aumento significativo e houve até uma ligeira diminuição desde o início do período de transição, com apenas 9 das 95 escolas de Macau entre 1988-1989 tendo o português como língua de ensino (PESQUISA DE EDUCAÇÃO, 1990) e 6 delas tendo o chinês e o português como língua de ensino. Entre 1998-1999, apenas 5 das 125 escolas de Macau tinham o português como língua de ensino e 13 tinham o chinês e o português (PESQUISA DE EDUCAÇÃO, 2000).

Situação atual de idiomas de Macau

De uma pequena vila de pescadores no século XVI à cidade cosmopolita de hoje, Macau tem sido uma importante plataforma e ponte entre o Oriente e o Ocidente e o seu ambiente geográfico, histórico e político exclusivo também criaram uma situação peculiar relativamente ao idioma na China. Muitos acadêmicos descreveram a situação do idioma em Macau como

"bandeja" (LIU, 1995) ou "museu de idiomas" (LIU; LONG; SHAO, 1998), pois Macau possui uma rica variedade de idiomas, além de San Wen Si Yu³, há também vários idiomas e dialetos falados por grupos minoritários, tais como filipino, vietnamita e dialeto min-nan, entre outros. Com a evolução da história de Macau, nota-se uma mudança no que diz respeito ao estatuto dos vários idiomas.

O chinês sempre foi a língua mais usada e mais comum em Macau, tanto antes como depois do retorno (CHENG, 2003). Há duas línguas principais do chinês falado em Macau: o mandarim e o cantonês. O cantonês tem maior reconhecimento em Macau e, de acordo com uma pesquisa realizada em 2016, a maioria dos estudantes universitários e do ensino secundário concordaram que o cantonês desempenha o papel de primeira língua materna de Macau (92%), língua do quotidiano (95,8%), língua de trabalho (89,7%), além de ser a língua oficial de Macau (88,7%) e a sua própria língua étnica (84,5%); o mandarim tem o mesmo nível de reconhecimento que o cantonês (90%) enquanto que o português apenas atingiu uma taxa de 58,7% (QIN; XU, 2016). A 18 de fevereiro de 2019, o governo central chinês publicou o *Plano de Desenvolvimento para Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau*. De acordo com o esboço do plano, a área da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau não só se tornará de classe mundial, centro internacional de inovação científica e tecnológica, mas também plataforma importante de apoio para a construção do "Cinturão e Rota"⁴. É previsível que a cooperação entre Macau e a parte continental da China se fortaleça e se aprofunde mais na área da política, economia e cultura, enquanto que o mandarim se tornará mais importante à medida que a demanda por talentos multilíngues crescer.

A era mais próspera da difusão do português em Macau foi, principalmente, durante o período em que Macau estava sob administração colonial portuguesa, mas apesar de o português ser a língua oficial em Macau há mais de cem anos e ter ocupado uma posição importante nos órgãos governamentais de Macau por muito tempo, a taxa de uso então era muito baixa, tendo a população de língua portuguesa em Macau caído para 0,006% em 2016 (ver Tabela 1). Embora o português tenha sido mantido como língua oficial após a retomada de poder, os residentes de Macau preferem considerar o português como segunda língua estrangeira (QIN; XU, 2016). Ainda que uma menor quantidade de pessoas use e aprenda português como língua materna, o papel de Macau, como importante plataforma econômica e comercial para a China e para os países de língua portuguesa, vai-se tornando cada vez mais proeminente. Desta forma, cada vez mais universidades e instituições de ensino de Macau

³ A San Wen Si Yu (três línguas escritas e quatro línguas faladas) refere-se à política linguística popularizada pelo governo da região administrativa especial após o retorno de Macau. As três línguas escritas oficiais são o chinês, o português e o inglês, e as quatro línguas faladas referem-se ao cantonês, mandarim (Putonghua), inglês e português.

⁴ "Cinturão e Rota" é a forma abreviada para fazer referência ao Cinturão Econômico da Rota da Seda e à Rota da Seda Marítima do Século XXI. A iniciativa tem como conceitos principais a coordenação de políticas, a conectividade de infraestrutura, o livre fluxo de comércio, a integração financeira e o reforço do entendimento entre os povos, assim como a consulta mútua, a construção conjunta e o compartilhamento de frutos como princípios, visando a trazer benefícios reais aos países e aos povos ao longo do Cinturão e da Rota. As informações sobre o termo podem ser encontradas no site <http://search1.china.com.cn/LSearch/waiyi/pt.htm?w=cintur%C3%A3o+e+rota>. Último acesso em: 24 set. 2022.

oferecem cursos de formação de PLA (português como língua adicional), licenciaturas, pós-graduações e doutoramentos para responder à procura crescente de talentos bilíngues chineses e portugueses ao desenvolvimento econômico de Macau e à parte continental da China. De acordo com as informações citadas nos Dados Gerais da Direção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento de Juventude (doravante designada por DSEDJ), o número de inscrições nas formações em língua portuguesa aumentou de 1,019 em 2002-2003 para 6,880 em 2010-2011 (YAN, 2016).

Tabela 1 - Dados Estatísticos da Direção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM (última atualização)

Idiomas	População total	Cantonês	Mandarim	Outros dialetos chineses	Português	Inglês	Filipino	Outros
Número total	650,834	506,625	34,606	33,453	3,675	17,639	18,953	35,885

Fonte: Traduzido pela autora e citado do artigo de Yan (2016)

Com a progressiva abertura de Macau ao mundo, o inglês tem desempenhado um papel cada vez mais importante na cidade. De acordo com os dados da Tabela 1, os falantes de inglês em Macau chegaram a 17.639 em 2016, quase seis vezes mais o número de falantes de português. Não só os jovens, mas também os seus pais mostram um alto nível de reconhecimento do inglês como segunda língua estrangeira, sendo de 72,3% e 44,3%, respectivamente. Tendo em conta que o inglês "é o idioma mais profícuo para o desenvolvimento individual" (QIN; XU, 2016), esta língua estrangeira é essencial no processo de aprendizagem dos indivíduos. Deste modo, pode-se prever que, nos próximos dez anos, o inglês irá provavelmente substituir o português como língua mais falada em Macau, além do chinês.

As políticas linguísticas de Macau sob perspectiva decolonial

Alguns acadêmicos consideram que "Macau é um micromundo extremamente complexo, uma colônia portuguesa muito especial e uma sociedade multicultural e multilingue. Reúne várias pluralidades, tais como pluralismo cultural, linguístico e judiciário num só lugar" (HUANG, 2007, p. 154). Por esta razão, o planejamento da política linguística de Macau deve ter plenamente em conta o contexto social diverso da cidade. A decolonialidade epistêmica é tanto uma teoria como uma prática, exigindo um equilíbrio entre "quebrar" e "criar". "Quebrar" refere-se à dissipaçāo dos mitos ontológicos e epistemológicos do conhecimento ocidental, enquanto "criar" exige aos povos coloniais que se desenvolvam a partir das suas próprias tradições culturais e práticas de vida e se engajem na reflexão epistêmica e na reconstrução dos sistemas de conhecimento, sendo este último claramente um *status* mais difícil de atingir do que o primeiro (GU; PENG, 2021). Com 400 anos de história em Macau, o impacto causado pelo português não foi só linguístico, mas também se imiscuiu

profundamente na região em termos de cultura e no estabelecimento de valores europeus.

Posto isto, questionamos: que políticas linguísticas foram adotadas para descolonizar Macau? Essas políticas seguem os princípios básicos de "quebrar" e "criar" sob perspectiva decolonial?

Em primeiro lugar, o que fez Macau para "quebrar"? A nível político, entre as décadas de 70 e 80, antes do retorno de Macau à China, os chineses em Macau fizeram uma campanha pela oficialização do chinês, com o objetivo de obter o *status* de língua oficial (HUANG, 2007, p. 276). O artigo 9º da *Lei Básica de Macau*, que entrou em vigor a 31 de março de 1993, indica que os órgãos executivos, legislativos e judiciais da RAEM podem utilizar o português, que também é um idioma oficial, além do chinês. Embora o português ocupe um lugar importante no campo judiciário em Macau, o Governo da RAEM tem-se dedicado a aumentar o estatuto oficial do chinês no campo judicial e a reorganizar os órgãos judiciais de forma a aumentar o número de funcionários nativos.

Em termos de ensino de língua, por um lado, o estatuto oficial do português enfraqueceu. O *Plano Decenal para o Desenvolvimento da Educação Superior em Macau (2011-2020)* listou a proficiência no idioma como objetivo principal, afirmando que "As habilidades de leitura e expressão escrita dos estudantes serão efetivamente melhoradas. Os estudantes devem ser proficientes em pelo menos uma língua estrangeira até ao final do ensino secundário, e os estudantes que usam o chinês como língua de ensino serão capazes de falar mandarim fluentemente" (PLANO DECENAL, 2011, p. 125). É importante observar que a língua estrangeira que os estudantes devem dominar não é especificada como sendo o português, e os estudantes podem escolher o inglês como segunda língua. Embora o português ainda seja a língua oficial de Macau neste momento, o governo deixou claro que não há nenhum requisito obrigatório para aprendizagem desta língua. Por outro lado, o governo de Macau tem feito esforços para promover a divulgação do mandarim em Macau. Nos últimos 20 anos desde o seu retorno à pátria, o governo da RAEM tem promovido o ensino do mandarim de forma ordenada através da formulação de políticas, da alocação de recursos e da implementação de programas e tem melhorado continuamente a proficiência em mandarim dos professores de língua chinesa, tendo a percentagem de professores de língua chinesa no ensino de mandarim atingido 24% no ano acadêmico 2016/17 (JORNAL CHENG POU, 2017). Simultaneamente, a Comissão Nacional de Língua da China também continuou a fornecer o apoio de talentos para Macau, formando um total de 23 examinadores de mandarim de nível nacional para Macau, aumentando o número de pessoas que fazem os testes de mandarim para 3.000 até ao final de 2017.

Em termos de vida social, antes do retorno, as marcas das instituições educacionais e governamentais de Macau e os documentos oficiais adotaram e generalizaram a tipografia do português em primeiro lugar e do chinês em último; após o retorno, a relevância do chinês aumentou e a ordem das informações bilingues foram ajustadas de forma a que o chinês venha em primeiro, seguido pelo português (HUANG, 2007, p. 283).

Em segundo lugar, o que Macau fez para "criar"? Como Smith (2008, p. 58) argumenta, a decolonialidade acaba por criar espaço para pesquisas que atendem às necessidades locais

e levanta e trata de questões importantes para as comunidades locais. Macau é a única região da Ásia Oriental onde o português é uma das línguas oficiais e sempre teve boas relações com Portugal e com outros países de língua portuguesa, como o Brasil, Angola e Moçambique, e é estrategicamente importante como ponte de intercâmbio entre a China e os países de língua portuguesa. Na implementação da sua política linguística, Macau deve desenvolver a sua formação multicultural e multilíngue e ao mesmo tempo em que promove o ensino da língua chinesa como foco principal, deve aproveitar a presença da língua portuguesa e a plataforma de cooperação sino-portuguesa para seguir um caminho único de desenvolvimento. Em termos políticos, o governo deixou claro que a formação de línguas em Macau significa maximizar o cultivo de talentos multilingues para servir Macau como uma cidade internacional plenamente aberta da China e da região Ásia-Pacífico, sob a premissa de "Um país, Dois sistemas". Em termos de ensino de língua, o Governo da RAEM tem-se esforçado para fortalecer a formação de talentos bilíngues de chinês e português. No ensino secundário, promove o desenvolvimento da educação em língua portuguesa através de vários programas e atividades, especificamente apoiando a oferta de cursos de língua portuguesa em escolas públicas desde a primeira infância e o ensino fundamental, oferece cursos de tradução de chinês e português em escolas secundárias de ensino profissionalizante e técnico sino-português, destaca cursos de língua portuguesa como "projeto de prioridade" do Fundo de Desenvolvimento da Educação, seleciona estudantes para participarem nos minicursos de verão em Portugal. No campo do ensino superior, o Governo de Macau tem vindo a implementar uma série de iniciativas de acordo com as necessidades futuras de desenvolvimento do país e de Macau, assim como continua a investir em recursos para transformar Macau numa "base de ensino e formação turística na área da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau" e numa "base de formação de talentos bilíngues de chinês e português". Continuar a apoiar as instituições para otimizar as suas condições de ensino e pesquisa, promover o desenvolvimento profissional do pessoal de ensino e pesquisa, incentivar as instituições a aproveitarem as oportunidades criadas por "Um Cinturão, Uma Rota", estimular o desenvolvimento na área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macao e os vários mecanismos de cooperação regional, promover ainda mais o intercâmbio e a cooperação entre instituições locais e externas (YIN, 2019). A política linguística implementada pelo governo de Macau após o retorno é qualitativamente diferente da do período colonial na medida em que, em primeiro lugar, o ensino da língua portuguesa é inteiramente orientado para o objetivo de PLA, e não está relacionado com raça ou política; em segundo lugar, na prática específica de ensino do português, o objetivo é dominar o uso da língua para melhor atender às necessidades de desenvolvimento de Macau e da China, e o português é caracterizado como uma "língua ferramenta". Com base no posicionamento da "política de multilinguismo", por um lado, esta não reprime a língua portuguesa e a sua cultura de se desenvolver em Macau, mas utiliza sutilmente o multilinguismo de Macau como um subterfúgio que, por sua vez, se transforma num recurso econômico e cultural, tornando a língua e a cultura portuguesas o cartão de identificação característico de Macau entre as cidades chinesas e até mesmo entre as cidades do mundo. Por outro lado, isto não levou a

uma crise de identidade para os residentes de Macau (QIN; XU, 2016), pois o português tem sido uma habilidade linguística para os locais aumentarem a sua competitividade, e a posição dominante da língua materna não tem sido ameaçada de forma alguma.

Considerações finais

O presente artigo visou a analisar a política linguística de Macau a partir da perspetiva da decolonialidade. Através de uma revisão do desenvolvimento histórico e da situação atual dos idiomas de Macau, constatou-se que a língua e a cultura de Macau são caracterizadas pelo "pluralismo". Analisando as políticas linguísticas implementadas pelo governo de Macau antes e depois do retorno no caminho da decolonialidade, o ensino de línguas de Macau não só alcançou a primeira dimensão de decolonialidade, deixando de parte as influências coloniais em termos de política, economia e cultura, mas também entrou numa dimensão mais complexa que exige que os povos façam reflexões e críticas através do pensamento profundo (SANTOS, 2018). Em vez de excluir a cultura colonial, a política linguística de Macau tenta explorar, integrar e transmitir valores multilingues a partir da perspectiva do seu próprio desenvolvimento e posicionamento, desenvolvendo a sua diversidade linguística e criando um caminho único e peculiar. Acredita-se que no futuro Macau continuará a aprofundar a sua política linguística e, através do seu multilinguismo, não só continuará a servir de ponte para a cooperação econômica e comercial entre a China e países de língua portuguesa, como também se atualizará como uma plataforma de cooperação entre a China e os países da América Latina, como os países de língua espanhola e francesa, e expandirá e aprofundará as relações amistosas e comerciais da China com muitos países da América Latina, África e do sul da Europa.

Referências

- BALDAUF, R. B. *Language planning and policy research: An overview*. In: *Handbook of Research in Second Language Teaching and Learning*, New Jersey: Erlbaum, p. 1013-1034, 2005.
- BROOKS, C.(2020).Decolonizing education: my journey on the road less traveled. *Trayectorias Humanas Trascontinentales*, disponível em: <https://doi.org/10.25965/trahs.2723>. Acesso em: 23/02/2022.
- CHENG, X. H. Xin Shi Ji de Aomen Yu Yan Ce lue [*Política linguística de Macau no Novo Século*], *Applied Linguistics*, v.1, 2003.
- COOPER, R. *Language Planning and Social Change*. Cambridge University Press, 1989.
- Cremer, R. D. *Chinese Entrepreneurs and Enterprises: Microfunctions of Export-oriented Industrialization*. In R. D. Cremer (Ed.), *Macau: City of Culture and Commerce* (Second Edition). Hong Kong: API Press, 1991.
- CRISER, R.; Malakaj, E. *Diversity and Decolonization in German Studies*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020.

- DSEDJ, A. Direção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento de Juventude. Disponível em: <http://www.al.gov.mo/uploads/attachment/written-consultation/2016/2120758612100b19a3.pdf>. Acesso em: 26/02/2022.
- HERNÁNDEZ, S. et al. *Colóquio de Estudos Descoloniais: deslocamentos epistemológicos do poder do ser e dos saberes*. Lyon – França. pdf. Disponível em: <https://calenda.org/324869?file=1>. Acesso em: 22/02/2022.
- HUANG, H. Z. Aomen Shi [*História de Macau*]. Fuzhou: Fujian People's Publishing House, 1999.
- HUANG, X. AoMen Yu Yan Yan Jiu [*Estudos de Idiomas em Macau*]. Beijing: The Commercial Press, 2007.
- HUANG, X; LONG, Y. C.; SHAO, C. Y. Aomen: Yu Yan Bo Wu Guan [*Macau: Museu de Línguas*]. Hongkong: Peace Book, Haifeng Publishing Company, 1998.
- Investigação de Educação 1988/1989, Macau: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, p.70, 1990.
- Investigação de Educação 1998/1999, Macau: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, p.76, 2000.
- JORNAL CHENG POU, A Direção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento de Juventude Esforça-se por Aumentar a Percentagem de Aulas de Mandarim, publicado a 24 de Maio de 2017. Acesso em: <http://www.chengpou.com.mo/dailynews/126461.html>.
- KAPLAN, R. B.; BALDAUF, R. B. *Language Planning from Practice to Theory*, Clevedon: Multilingual Matters, 1997.
- KAPLAN, R. B.; BALDAUF, R. B. *Language and language-in-education planning in the Pacific Basin*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.
- KEELE'S STUDENT UNION, Keele Manifesto for Decolonizing the Curriculum. *Journal of Global Faultlines* 5(1–2), p. 97-99, 2018.
- KRAMSCH, C. *Between globalization and decolonization: Foreign languages in the crossfire*. In D. Macedo (Ed.), Decolonizing Foreign Language Education: The Misteaching English and Other Colonial Languages. New York: Routledge, 2019.
- Lam, K. C. P. *English in Post-1999 Macau: The Functions and Status of English* (Unpublished master's thesis). Macau: University of Macau, 2007.
- LIANG, S. W. Qian Tan "Yi Guo Liang Zhi" Aomen De Yu Yan Fa Zhan [*Desenvolvimento linguístico em Macau sob "Um país, dois sistemas"*], Estudos em Um País, Dois Sistemas, Macau, v.8, 2011.
- LIU, X. B. Aomen Shuang Yu She Hui De Te Dian Yu Que Li Zhong Wen Guan Fang Di Wei De Zui Hou Chong Xian [*Características da Sociedade Bilíngue de Macau e o Empurrão Final para o Estabelecimento do Status Oficial do Chinês*]. In: Elites bilíngues e intercâmbio cultural, p.112, 1994.
- MIGNOLO, W. D.; Walsh, C. E. *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. NC: Duke University Press, 2018.
- PHIPPS, A. *Decolonising Multilingualism: Struggles to Decreate*. Bristol: Multilingual Matters, 2019.
- PINTO, R. D. S; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência,

desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

Plano Decenal para o Desenvolvimento da Educação Superior em Macau (2011-2020),
disponível em:

<https://portal.dsedj.gov.mo/webdsejspace/site/policy/202012/index.jsp?con=lastplan>.

Acesso em: 22/02/2022.

QIN, Y. W.; XU, J. Aplicação do idioma em Macau e diferenças na identificação dos jovens de Macau dos idiomas diferentes. *Language Policy and Planning*, v.1. n.1. p. 33-41, 2016.

QUIJANO, A. *Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. Views from South, Nepantla*, p. 533-580, 2000.

REIS, M. D. N.; ANDRADE, M. F. F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas.

Revista Espaço Acadêmico, n.202, p.1-11, 2018.

SANTOS, B. D. S. *The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South*. Durham NC: Duke University Press, 2018.

SHI, B. D. *Aomen Bian Nian Shi [Crônicas de Macao no Século XX, 1900-1949]* traduzido por Jin Guoping. Macau: Fundação de Macau, 1999.

SMITH, L. T. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Otago: Otago University Press, 2012.

WU, Z. L.; TANG,K. J.; JIN. G. P. *Aomen Bian Nian Shi [Crônicas de Macao, Volume IV: O Período de Pós-Qing (1845-1911)]*. Guangzhou:Guangdong Publishing Group, 2009.

YAN, X. *Pu Yu Zai Aomen, Li Shi Yu Xian Zhuang [Português em Macau:História e Situação Atual]*. Estudos em Um País,Dois Sistemas, Macau, v.28,p.149-159. 2016.

YIN, Y. F. Uma análise do sistema político da política linguística da RAEM. *Language Policy and Planning*, v.6. n. 2, p. 30-36, 2019.

ZHANG, Z. F. *Aomen Duo Yu Xian Xiang Yan Jiu [Um Estudo do Multilinguismo em Macau]*. Macau: Associação da Ciência de Composição Literária de Macau, p.19, 2001.

ZHAO, S. H. Os novos progressos nos estudos internacionais do planejamento linguístico: um estudo de caso de ensino de línguas não convencional. *Contemporary Linguistics*, v.10. n.2, p. 122-136, 2008.

Recebido em: 28/02/2022.

Aceito em: 16/09/2022.